

Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Wendell Alexandre Paes de Andrade de Oliveira Presidente	Cláudio Luiz Pacheco Presidente
Anderson Gil Ramos Bastos	Adriano Morandi Zanotti
Eduardo Panek	Bruno do Prado Castilho
Julio Jacob Junior	
João Biral Junior	
Nelson Luiz Paula de Oliveira	
Vitor Calazans Baroni	
Radaés Fronchetti Picoli	
	Diretoria Executiva
	Rafael Lamastra Junior - Diretor Presidente
	Cláudio José de Almeida Camargos - Diretor de Administração e Finanças
	Rafael Rodrigo Longo - Diretor Técnico Comercial
	Contador
	Marcelo Pereira da Silva CRC-PR 034803/O-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2020

Senhores Acionistas:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2020.

A COMPAGAS

A Companhia Paranaense de Gás – Compagas é a concessionária responsável pela distribuição de gás natural canalizado no Estado do Paraná, cuja concessão foi outorgada em 06/07/1994, através da Lei Estadual nº 10.856. É uma empresa de economia mista de capital fechado, tendo como acionistas a Companhia Paranaense de Energia - Copel, com 51% das ações, a Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, com 24,5% e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., com 24,5%.

Tem por objeto social a exploração do serviço público de fornecimento de gás canalizado para atender a demanda do mercado consumidor dos segmentos industriais, comerciais, residenciais, institucionais, de transportes e outros que requeiram a prestação do serviço, observadas as disposições legais e de acordo com o parágrafo 2º do Art.25, da Constituição Federal.

Sua atuação está pautada na promoção e expansão da rede de distribuição de gás canalizado com o objetivo de fomentar a utilização do combustível em bases econômicas, sociais e ambientais sustentáveis.

Mercado de Gás Natural

O mercado de gás natural vive momentos de grandes e importantes transformações no Brasil. Nos últimos anos, principalmente após o reposicionamento estratégico da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), diversos movimentos e iniciativas lideradas pelo Governo Federal passaram a buscar o aprimoramento da cadeia de negócios do gás, com vistas a garantir uma adequada transição de um mercado dominado por um único agente supridor para um com maior liquidez, multiplicidade de atores, de maior competição e de aceleração de investimentos para ampliação da infraestrutura desde o processo de exploração e produção (upstream), de escoamento e transporte (midstream), até à distribuição e consumo (downstream).

Entre estes movimentos destacou-se a chamada pública para recebimento de propostas de suprimento de gás lançada por 12 distribuidoras estaduais de gás canalizado (sete do Nordeste e cinco do Centro-Sul). Os dois processos foram iniciados ainda em 2018 de forma simultânea e coordenada, e com o objetivo de estimular a concorrência e a competitividade do suprimento de gás natural no país. No Centro-Sul, além da Compagas, participaram as distribuidoras MSGÁS (MS), GasBrasiliano (SP), SCGÁS (SC) e Sulgás (RS), que juntas possuíam potencial para a compra de até 10 milhões de m³/dia.

A Chamada do grupo do Centro-Sul foi encerrada em 2020. Durante o processo, o grupo recebeu mais de 50 propostas de 15 empresas diferentes – desde players globais a produtores locais. Como resultado, as distribuidoras assinaram novos Contratos de Suprimento de Gás Natural junto a Petrobras, único supridor que apresentou condições efetivas de fornecimento às empresas demandantes, com prazos de término previstos entre 2021 e 2023, buscando permitir a compatibilização das compras futuras com a gradual abertura do mercado em curso. A Compagas repectuou seu contrato com a Petrobras, a partir de abril de 2020, em condições mais favoráveis do que as estipuladas em contrato anterior, cuja vigência originalmente estava prevista para dezembro de 2021.

Pela clara demonstração de interesse por parte de potenciais supridores da indústria mundial e local, conclui-se que a efetiva abertura do mercado se mostra viável do ponto de vista do interesse comercial, e por isso as distribuidoras se organizaram para a realização de um novo processo para a busca de novas alternativas de suprimento ao longo de 2021. Assim, no dia 1º de março, as distribuidoras do Centro-Sul lançaram uma nova chamada pública para aquisição de gás natural, com um volume projetado em mais de 6,7 milhões dem³/dia até 2024.

Outro movimento que chamou a atenção do mercado no ano foi o trâmite do Projeto de Lei nº 6.407/2013, chamado de "Nova Lei do Gás". O PL foi aprovado na Câmara dos Deputados no mês de março de 2021 e seguiu para sanção presidencial. De maneira geral, a "Nova Lei do Gás" contempla como principais mudanças: na atividade de transporte de gás natural, alteração do atual regime de concessão para o de autorização, simplificando o processo de ampliação da malha de gasodutos do país; garantia de acesso às infraestruturas essenciais; e a adoção do modelo de entradas e saídas na malha transporte de gás.

De acordo com dados da Associação Brasileira das Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) em todo o país são mais de 3,8 milhões de consumidores de gás natural nos segmentos residencial, comercial, industrial e automotivo. A extensão das redes de distribuição de gás canalizado ultrapassa a marca dos 38 mil quilômetros em todos os estados e o volume movimentado superou a marca de 70 milhões de m³/dia em 2020.

Resultados Operacionais da Compagas

A Companhia encerrou o ano de 2020 com uma rede de distribuição de gás de 842 km, atendendo os municípios de Araucária, Balsa Nova, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Carambé, Castro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Palmeira, Pinhais, Ponta Grossa, Quatro Barras e São José dos Pinhais. Esta rede, composta de 469 km de dutos de aço carbono e de 372 km em Polietileno de Alta Densidade (PEAD), foi construída de acordo com as normas e regulamentos técnicos, para oferecer segurança e um elevado grau de confiabilidade no abastecimento. Além do atendimento através da rede de distribuição, o gás natural está presente em Paraná-gás e Arapoti por meio do Gás Natural Comprimido (GNC).

O volume de gás natural distribuído pela Compagas em 2020 alcançou a média anual de 1.557.858 m³/dia. O total distribuído foi 8% maior que o registrado no ano de 2019 e teve influência do despacho termelétrico, pela Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA). No volume destinado ao mercado não térmico, a Companhia teve uma redução de 35%, alcançando uma média anual de 881.745 m³/dia, impactado pela hibernação da Araucária Nitrogenados e pela redução das atividades comerciais devido à pandemia da COVID-19.

DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL NO PARANÁ – 2019/2020

Segmentos	2019 (m³/dia)	2020 (m³/dia)	Var. %
Residencial	30.556	31.646	4%
Comercial	18.545	12.664	-32%
Industrial	414.695	377.219	-9%
Veicular	79.088	54.791	-31%
Cogeração	160.953	144.819	-10%
Matéria-Prima	191.281	210.388	10%

Geração de Energia Elétrica	550	491	-11%
GNC (Industrial e Veicular)	17.214	17.614	2%
GNL (Industrial)	24.912	0	-
Grandes Consumidores	431.120	32.132	-93%
Total mercado não térmico	1.368.914	881.745	-35%
Térmica	68.050	676.113	895%
Total DISTRIBUIÇÃO	1.436.965	1.557.858	8%

No âmbito nacional, o volume distribuído pela Companhia correspondeu a 2,3% do total de gás natural canalizado distribuído no país. Entre os estados do Sul, a Compagas foi responsável por 25,06% do volume de gás natural canalizado. O comparativo foi realizado entre as distribuidoras do país a partir dos dados extraídos do Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria do Gás Natural, organizado pelo Departamento de Gás Natural da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, do Ministério de Minas e Energia (MME). O número de clientes atendidos cresceu 4% em 2020 com a entrada de mais de 2 mil novos clientes. Em 31 de dezembro de 2020 eram 49.335 consumidores atendidos nos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular, cogeração, matéria-prima e geração de energia elétrica.

CRESCIMENTO DO NÚMERO DE CLIENTES POR SEGMENTO – 2019/2020

Segmentos	2019	2020	2020/2019
Residencial	46.434	48.541	5%
Comercial	581	573	-1%
Industrial	174	172	-1%
Veicular	32	33	3%
Cogeração	2	2	0%
Matéria-Prima	3	3	0%
G.E.E.	4	4	0%
GNC (Industrial e Veicular)	6	6	0%
GNL (Industrial)	0	0	-
Grandes Consumidores	1	0	-
Total mercado não térmico	47.237	49.334	4%
Térmica	1	1	0%
Total	47.238	49.335	4%

Investimentos

Em 2020 a Compagas investiu cerca de R\$ 14,8 milhões em projetos de saturação e integridade de rede para expandir a sua atuação nas regiões já atendidas pela rede de distribuição de gás canalizado e aumentar sua eficiência operacional.

Do total, R\$ 7,4 milhões foram direcionados a projetos de saturação dos mercados urbano e industrial. Para atendimento ao mercado urbano R\$ 3,3 milhões foram investidos na construção da rede de distribuição e na ligação de clientes residenciais e comerciais. No segmento industrial, cerca de R\$ 2,8 milhões foram utilizados para a execução de ramais e em projetos para ligação dos novos clientes.

Mais de R\$ 1,2 milhão foram destinados às obras de integridade de rede com o objetivo de garantir a operação e o fornecimento contínuo de gás natural a todos os clientes da Companhia. Outros R\$ 7,5 milhões foram investidos na otimização de atividades administrativas e especialmente em Sistemas e Tecnologia da Informação.

Licenças Operacionais e Estudos Ambientais

A Compagas instala e opera suas redes de acordo com as legislações ambientais, assim, em 2020, a Companhia obteve do Instituto Água e Terra (IAT) a renovação das Licenças de Operação dos ramais Araucária/Curitiba/São José dos Pinhais e São José dos Pinhais II, e Licenças Ambientais Simplificadas para a execução de ramais nos municípios de Curitiba, Ponta Grossa, Pinhais, Quatro Barras e São José dos Pinhais. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) de Curitiba concedeu oito Licenças de Instalação e quatro de Operação para a rede de distribuição de gás. Entre as licenças estão contempladas a licença de instalação do ramal para atendimento ao Club Athletico Paranaense e a de operação do ramal do Posto Pinheiro.

Ao longo de 2020 foram desenvolvidos os Planos de Controle Ambiental para a execução de prolongamentos da rede de distribuição. No total foram oito planos para ramais de atendimento a consumidores dos segmentos comercial e industrial nos municípios de Araucária, Curitiba, Pinhais, Ponta Grossa, Quatro Barras, e São José dos Pinhais.

Resultados Financeiros

Com vistas a garantir a perenidade do negócio, a Compagas vem desenvolvendo ações e projetos que buscam ampliar sua atuação de forma rentável, com excelência em custos, processos e qualidade. Tais medidas impactaram nos resultados econômicos e financeiros de 2020.

A Compagas obteve uma Receita Líquida de R\$ 524,2 milhões, EBITDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) no valor de R\$ 72,7 milhões e Lucro Líquido de R\$ 59,6 milhões. É importante destacar os esforços efetuados para redução do custo, que foi 8% menor que o realizado em 2019.

ADMINISTRAÇÃO

Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa adotadas pela Compagas estão pautadas nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, em consonância com os princípios éticos estabelecidos no Código de Conduta e Integridade e em seus valores. Esses princípios estão refletidos na Política de Governança Corporativa, que estabelece o padrão e as melhores práticas de governança, visando:

- 1.1 – Contribuir para a perenidade da Compagas, com visão de longo prazo na busca de sustentabilidade econômica, social e ambiental;
 - 1.2 – Aprimorar o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas;
 - 1.3 – Minimizar os riscos estratégicos, operacionais e financeiros;
 - 1.4 – Aumentar o valor da Compagas;
 - 1.5 – Preservar a memória das decisões tomadas pela Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Comitê de Auditoria Estatutária, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, buscando a eficiência na realização de suas reuniões;
 - 1.6 – Ser um instrumento essencial para a condução dos negócios da Compagas de forma eficaz e organizada perante as partes interessadas.
- Em 2020, a Compagas promoveu melhorias em seu Sistema de Governança com objetivo de promover alinhamento ao referencial estratégico da Companhia no que se refere à adequação às mudanças do ambiente de negócios, regulatório e legal. Dentre as melhorias implementadas, destacam-se:

- Implantação da Coordenação de Proteção de Dados e designação do Encarregado de Proteção de Dados, responsável pelo atendimento dos titulares de dados pessoais, com interface com a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), e pela disseminação dos conceitos de privacidade no ambiente da Companhia;
- Criação da Gerência de Regulação, responsável pela interface da Companhia com os órgãos reguladores e acompanhamento dos assuntos regulatórios no contexto de abrangência da Compagas;
- Publicação do Manual de Apuração de Denúncias com o objetivo de estabelecer procedimentos para a avaliação e apuração interna de denúncias recebidas pela Compagas;
- Constituição da Comissão de Ética e Apuração Interna (CEAI) para atuar na apuração das denúncias recebidas, na orientação e aconselhamento sobre a ética profissional dos empregados, no esclarecimento de dúvidas sobre o Código de Conduta e Integridade e nas atividades relacionadas à prevenção de desvios comportamentais;
- Contratação de sistema independente externo para a recepção de denúncias, com atendimento estruturado para funcionar 24 horas por dia, em todos os dias da semana.

Gestão do Capital Humano

A Compagas encerrou 2020 com 161 colaboradores, incluídos os empregados concursados, comissionados, aprendizes, estagiários, cedidos e diretores. Todos os empregados da Companhia estão cobertos por Acordo Coletivo de Trabalho e possuem contratos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A Companhia se orienta no relacionamento com todas as pessoas que exercem ati-

vidades na Companhia e em nome dela por meio do seu Código de Conduta e Integridade. É o Código que estabelece os princípios norteadores e as condutas integradas para as relações da Compagas e permite aos seus empregados, administradores e contratados balizar suas atitudes.

A Compagas manteve uma agenda de benefícios competitivos com os existentes no mercado e que a diferencia de outras empresas por acreditar que o bem-estar de seus colaboradores reflete em melhores resultados para o seu negócio. No âmbito da qualificação, a Companhia proporcionou diferentes treinamentos além de bolsas de estudo para aprendizado de língua estrangeira e pós-graduação, visando estimular o desenvolvimento das pessoas atendendo às necessidades e interesses da Companhia.

Relacionamento com Clientes

A interação com clientes e consumidores se dá por plataformas on-line, por meio telefônico e atendimento presencial. Nos últimos anos, a agência Compagas Virtual se tornou um dos principais canais de atendimento da Companhia. Todos os mercados atendidos – residencial, comercial, industrial e veicular – possuem acesso à plataforma digital para emissão de fatura, atualização de cadastro, histórico de consumo, orientações para débito automático e extrato de quitação de débitos.

Os telefones 3004 3400 e 0800 643 8383 estão disponíveis a todos os consumidores e também à sociedade de forma geral, inclusive para atendimentos de emergência. De forma periódica são realizadas pesquisas de satisfação no atendimento telefônico, como forma de aprimorar a prestação do serviço e em 2020 o índice foi de 95,7%, com alta de 1,45% em relação a 2019.

Relacionamento com Comunidades

COMPAGAS e Você: Juntos pela Vida!

Para auxiliar no combate à COVID-19 no Paraná, em especial, na ampliação da capacidade de testes nas unidades de saúde do Estado, foi lançada a Campanha "Compagas e Você: Juntos pela Vida!", que convidou clientes a participarem da ação solidária por meio da adesão ao débito automático e da fatura digital e contou com uma doação da Companhia no valor de R\$ 500 mil. O valor foi utilizado para a compra de material de testes RT-PCR, considerados padrão ouro pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Investimentos Sociais por meio de Incentivos Fiscais

Como forma de contribuir para a melhoria e o desenvolvimento das comunidades em que atua, a Compagas selecionou cinco projetos para o recebimento de patrocínio incentivado em 2020. A destinação total foi de cerca de R\$ 340 mil e beneficiará projetos voltados às áreas de saúde, esporte e cultura.

Os projetos selecionados são: "UCP II – Instrumentalizando a Unidade de Cuidados Prolongados", do Pequeno Colônego do Paraná – Dom Orione; "Projeto Acolhendo a Vida – Cuidando dos Bebês da UTI Neo-Natal", do Hospital Nossa Senhora das Graças – Maternidade Mater Dei; "NÍVEA – Núcleo de Iniciação ao Voleibol Escolar de Araucária", da Associação dos Servidores da Prefeitura do Município de Araucária; "Projeto Anual do Museu Oscar Niemeyer", da Associação dos Amigos do MON – Museu Oscar Niemeyer; e "Projeto Cultural Plano Anual do Museu Paranaense", da Sociedade de Amigos do Museu Paranaense (SAMPA).

Os projetos apoiados estão enquadrados em leis e programas de incentivo fiscal - Lei de Incentivo ao Esporte; Fundo para a Infância e Adolescência; Fundo do Idoso e Programa Nacional de Apoio à Cultura – e atendem a Política de Patrocínio da Companhia (documento que estabelece os critérios para aprovação das propostas e que está disponível no site da empresa) e o Decreto Estadual nº 1.715/2015.

Ações Socioambientais

A Compagas realiza a gestão do seu negócio de forma sustentável, ciente de que a construção da infraestrutura da rede de distribuição de gás canalizado proporciona o surgimento de impactos, os quais podem e devem ser mitigados.

Neste contexto, a ação em andamento se refere à medida compensatória referente ao projeto de ampliação da rede de distribuição de gás natural executada nos municípios de Ponta Grossa, Carambé e Castro entre os anos de 2014 e 2016. Trata-se da construção da Reserva Técnica do Museu do Tropeiro, em Castro. No ano de 2020, a Compagas deu continuidade à primeira fase da medida compensatória referente à construção da Reserva Técnica. Foram finalizados e aprovados pelo IPHAN e pela Coordenação Estadual do Patrimônio Cultural, o anteprojeto e o projeto básico da mencionada estrutura e, encontra-se em avaliação final o respectivo projeto executivo. Concluída esta etapa, a Companhia viabilizará a segunda fase da medida compensatória com a efetiva construção da Reserva Técnica.

Gestão de Compras e Fornecedores

Os fornecedores representam um público estratégico para a Compagas, considerado com atenção no modelo de gestão para o desenvolvimento das melhores práticas e para o alcance da eficiência operacional. Como uma sociedade de economia mista, a Compagas está sujeita a legislações que normatizam as ações de seleção de fornecedores, sendo as mesmas realizadas conforme os editais de licitação e cláusulas contratuais, e em cumprimento às legislações trabalhistas, de direitos humanos, fiscal e ambiental.

Todas as contratações são regidas pela Lei das Estatais, nº 13.303/2016, conforme o Regulamento Interno de Licitações e Contratos, em vigor desde o ano de 2018.

Órgão Regulador

A atividade de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná é regulada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – AGERP, que detém a competência, dentre outros, de fiscalização sobre o serviço de distribuição e análise dos reajustes e revisões tarifárias.

Perspectivas para 2021

Em 2021, a Companhia dará continuidade ao seu plano de ampliar o mercado atendido, através da saturação dos segmentos residencial, comercial e industrial. A meta da Compagas segue a de entregar o gás canalizado a cada vez mais clientes, com qualidade e sempre avançando com a infraestrutura da rede de distribuição. Mais de R\$ 18,7 milhões serão investidos para a saturação dos mercados residencial, comercial e industrial e em obras que garantam a integridade da rede de gás natural, além de otimização de atividades administrativas e de Sistemas e Tecnologia da Informação.

O plano da Companhia para o ano é ampliar o volume distribuído nos principais segmentos atendidos e a extensão total da rede de distribuição, além de fomentar o mercado urbano a fim de aumentar a base de clientes, chegando ao final de 2021 com mais de 51 mil consumidores atendidos pelo gás natural canalizado. Todas as ações da Compagas serão executadas de acordo com suas diretrizes estratégicas, visando a redução de custos, maior produtividade e eficiência. Os esforços serão dedicados a contribuir para o desenvolvimento do Paraná por meio da oferta de gás natural e de seu uso como matriz energética.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Companhia Paranaense de Gás - COMPAGAS Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paranaense de Gás - Compagas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional

CONTINUAÇÃO >>>
do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas foram suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

i) Reconhecimento de receita

O reconhecimento da receita da Companhia é decorrente da distribuição de gás natural canalizado, por meio da concessão para exploração dos serviços públicos, conforme descrito e demonstrado nas notas explicativas 1 e 18. Devido à complexidade na captura, processamento e registro das transações e a grande dependência dos sistemas de tecnologia e de seus respectivos controles internos envolvidos no reconhecimento da receita da Companhia, esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossa abordagem de auditoria baseou-se em testes substantivos, incluindo:

- (i) avaliação do desenho dos controles implementados no processo de vendas, faturamento e contas a receber, bem como a sua efetividade operacional ao longo do exercício;
- (ii) inspeção em bases de amostragens dos recebimentos subsequentes de faturas;
- (iii) análise das receitas não faturadas considerando o processo de mensuração realizado pela administração;
- (iv) testes documentais em transações de receita, para uma amostra de lançamentos contábeis registrados na rubrica de receita, levando em consideração relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; e
- (v) avaliação se as divulgações incluídas nas notas explicativas estão apropriadas.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, que são consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as práticas de reconhecimento de receita da Companhia, para suportar os julgamentos e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

ii) Ativos de concessão - ativo financeiro e ativo intangível

Considerando que a Companhia é uma concessionária de serviços públicos, ela incorre em gastos de modernização e ampliação da rede de distribuição de gás, que são registrados como ativos intangíveis e amortizados pelo prazo do contrato de concessão.

A determinação dos gastos que se qualificam como ativo intangível no contexto do contrato de concessão, incluindo os custos de empréstimos gerais e específicos atribuíveis à construção ou aquisição do ativo intangível, e a identificação da data correta do início da operação do ativo para o início de sua amortização, e consequente paralisação da capitalização de juros, requerem esforço da administração para garantir a existência, procedência e correto registro dos gastos atribuíveis ao intangível e sua correspondente amortização.

Em razão dos aspectos acima mencionados e considerando a relevância dos valores envolvidos, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria relacionados à existência e aos valores reconhecidos no exercício incluíram, entre outros: i) inspeção, com base em amostragem, das documentações que evidenciam os gastos com ampliação da rede; ii) análise de capitalização dos juros, quando aplicável, (iii) análise de início da operação dos ativos e a análise da classificação entre intangível (gastos que gerarão benefícios econômicos em anos subsequentes) e despesa.

Para as obras em curso durante o exercício de 2020, efetuamos a inspeção de documentos, em base amostral, que comprovam a ocorrência de gastos adicionados aos ativos até 31 de dezembro de 2020.

Como resultado da aplicação desses procedimentos, consideramos que os gastos incorridos estão suportados por documentos e são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia Paranaense de Gás - Compagas, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia Paranaense de Gás - Compagas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, com base nos quais emitiram relatório em 31 de janeiro de 2020, tendo emitido opinião sobre as demonstrações financeiras, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia Paranaense de Gás - Compagas é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia Paranaense de Gás - Compagas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia Paranaense de Gás - Compagas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia Paranaense de Gás - Compagas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são: obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro; emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras. Inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o Interesse público.

Curitiba, 22 de fevereiro de 2021.

Mazars Auditores Independentes
CRC 2SP023701/O-8 PR

Éverton Araken Paetzold
Contador CRC PR 47959/O-9

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020

Ativo	Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais)			Passivo	Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais)		
	Nota	31/12/2020	31/12/2019		Nota	31/12/2020	31/12/2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	110.659	141.696	Fornecedores	11	3.393	5.715
Contas a receber de clientes	6	56.151	98.238	Contas a pagar partes relacionadas	11 e 15	38.574	77.319
Contas a receber de partes relacionadas	6 e 15	2.935	1.601	Debêntures	17	20.252	34.547
Estoques		932	842	Impostos a pagar	12	8.880	59.719
Impostos a recuperar	8	33.356	69.473	Provisões trabalhistas e encargos sociais a pagar		6.887	6.640
Créditos nas operações de venda de gás	7	49.918	1.412	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14.4	84.634	44.178
Despesas antecipadas		201	232	Passivo de arrendamentos	25	1.984	1.698
Outros ativos		580	401	Outros passivos		8.541	6.375
		<u>254.732</u>	<u>313.895</u>			<u>173.145</u>	<u>236.191</u>
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	5	8.042	7.894	Debêntures	17	-	20.236
Créditos nas operações de venda de gás	7	53.178	135.000	Benefícios a empregados	16	10.121	8.846
Impostos a recuperar	8	53.364	75.459	Provisão para contingências	13	634	549
Despesas antecipadas		44	66	Passivo de arrendamentos	25	12.468	13.791
Depósitos judiciais		86	124	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.3	22.428	20.982
Ativos financeiros da concessão	10.2	189.416	144.813				
Intangível	10.3	129.884	154.332			45.651	64.404
Direito de uso de ativos	25	13.321	14.907				
		<u>447.335</u>	<u>532.595</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	14.1	220.966	220.966
				Reservas de lucro		264.395	326.675
				Ajuste de avaliação patrimonial		(2.090)	(1.746)
						<u>483.271</u>	<u>545.895</u>
Total do ativo		<u>702.067</u>	<u>846.490</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>702.067</u>	<u>846.490</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados	Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais)		
	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida - venda de gás e serviços	18	524.225	756.650
Receita de construção	18	7.438	12.153
Total da receita líquida		531.663	768.803
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	19	(407.452)	(656.873)
Custo de construção	19	(7.438)	(12.153)
Lucro bruto		116.773	99.777
Despesas com vendas	19	(8.417)	(11.626)
Despesas gerais e administrativas	19	(39.194)	(39.609)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	20	(28.049)	172.213
Lucro antes das (despesas) receitas financeiras, imposto de renda e contribuição social		41.113	220.755
Receitas financeiras	21	45.249	57.449
Despesas financeiras	21	(3.439)	(10.680)
		<u>41.810</u>	<u>46.769</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		82.923	267.524
Imposto de renda e contribuição social - corrente	9.1	(21.677)	(65.541)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	9.1	(1.622)	(15.968)
Lucro líquido do exercício		<u>59.624</u>	<u>186.015</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes	Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais)	
	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do período	59.624	186.015
Perda atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	(520)	(1.935)
Tributos sobre perda atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	176	658
Resultado abrangente do período	<u>59.280</u>	<u>184.738</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 (Em milhares de reais)						
	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	
Capital social		Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial		Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2018		<u>220.966</u>	<u>30.044</u>	<u>158.601</u>	-	<u>(469)</u>	<u>409.142</u>
Resultado atuarial líquido		-	-	-	-	(1.277)	(1.277)
Lucro líquido do exercício	14.4	-	-	-	186.015	-	186.015
Destinações:							
Constituição de reserva legal		-	9.301	-	(9.301)	-	-
Dividendos obrigatórios	14.4	-	-	-	(47.985)	-	(47.985)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	128.729	(128.729)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		<u>220.966</u>	<u>39.345</u>	<u>287.330</u>	-	<u>(1.746)</u>	<u>545.895</u>
Dividendos adicionais		-	-	(105.710)	-	-	(105.710)
Resultado atuarial líquido		-	-	-	-	(344)	(344)
Lucro líquido do exercício	14.4	-	-	-	59.624	-	59.624
Destinações:							
Constituição de reserva legal		-	2.981	-	(2.981)	-	-
Dividendos obrigatórios	14.4	-	-	-	(16.194)	-	(16.194)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	40.449	(40.449)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		<u>220.966</u>	<u>42.326</u>	<u>222.069</u>	-	<u>(2.090)</u>	<u>483.271</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		59.624	186.015
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:			
Depreciação e amortização	10.3	31.652	30.880
Despesa de imposto de renda e contribuição social	9	23.300	81.509
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	238	1.063
Perda (ganho) para ajuste de preço nas operações de compra de gás		22.572	(39.487)
Provisão para contingências	13 e 16	1.360	2.979
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures		645	1.194
Variações monetárias sobre ativo financeiro		(34.591)	(9.181)
Resultado na baixa do intangível		(96)	(29)
		<u>104.704</u>	<u>254.943</u>
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) de aplicação financeira		(148)	(355)
Redução (aumento) de contas a receber de clientes e outras		40.515	(3.389)
(Aumento) redução de estoques		(90)	1.135
Redução (aumento) de tributos a recuperar		38.124	(132.255)
Redução (aumento) de créditos nas operações de gás		10.744	(2.194)
Redução (aumento) de depósitos judiciais		38	(35)
Redução (aumento) de despesas antecipadas		53	(3)
(Aumento) redução de outros ativos		(179)	23
(Redução) de fornecedores de gás e contas a pagar		(41.067)	(42.592)
(Redução) de impostos a pagar		(30.933)	(65)
Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e encargos sociais		247	(332)
Pagamento de juros		(484)	(1.445)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(21.672)	(22.127)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos		1.033	2.026
Aumento de outras contas a pagar		823	1.425
		<u>101.708</u>	<u>54.760</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo intangível	10	(17.216)	(17.600)
Alienação do intangível	10	96	69
		<u>(17.120)</u>	<u>(17.531)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos		(79.414)	(19.600)
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	25	(1.033)	(2.026)
Recursos provenientes da emissão de debêntures		-	43.000
Pagamento de encargos		(2.409)	(1.188)
Pagamento de debêntures		(32.769)	(5.874)
		<u>(115.625)</u>	<u>14.312</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(115.625)	14.312
Aumento líquida(o) de caixa e equivalentes de caixa		(31.037)	51.541
No início do exercício		141.696	90.155
No fim do exercício		<u>110.659</u>	<u>141.696</u>
		<u>(31.037)</u>	<u>51.541</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receitas			
Venda de produtos e serviços		701.215	1.022.547
(-) ICMS - substituição tributária		(4.215)	(7.795)
Outras receitas		3.657	125.804
		<u>700.657</u>	<u>1.140.556</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(474.906)	(735.575)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(17.136)	(17.211)
Outros		(19.063)	(19.788)
		<u>(511.105)</u>	<u>(772.574)</u>
Valor adicionado bruto		189.552	367.982
Depreciação e amortização	10.3	(31.650)	(30.880)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		157.902	337.102
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	21	45.249	57.449
		<u>45.249</u>	<u>57.449</u>
Valor adicionado total a distribuir		203.151	394.551
Pessoal			
Remuneração direta		23.825	24.537
Benefícios		6.425	6.448
FGTS		1.422	1.374
		<u>31.672</u>	<u>32.359</u>
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		31.591	60.398
Estaduais		76.488	105.169
Municipais		235	23
		<u>108.314</u>	<u>165.590</u>
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros, multas e variações monetárias		3.439	10.680
Aluguéis		102	(93)
		<u>3.541</u>	<u>10.587</u>
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	16	2.640	22.608
Juros sobre o capital próprio		13.553	25.377
Lucros retidos		49.431	138.030
		<u>59.624</u>	<u>186.015</u>
Valor adicionado distribuído		203.151	394.551

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Companhia Paranaense de Gás - Compagas ("Companhia") é uma sociedade de economia mista constituída em 6 de julho de 1994, com sede na Avenida João Gualberto, 1000, em Curitiba, cuja atividade principal é a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado, conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.856/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia possui um contrato que outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, com prazo de vigência de 30 anos, contados a partir da data de 06 de julho de 1994, podendo ser prorrogado mediante requerimento da Concessionária.

O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, para utilização por todos os segmentos do mercado consumidor, seja como matéria-prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

Extinta a concessão, por advento do termo contratual, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, o Estado do Paraná, e a Companhia será indenizada pelos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão ao valor de reposição depreciado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado com base nos valores a serem apurados à época.

O Estado do Paraná publicou a Lei Complementar nº 205 em 07/12/2017, trazendo nova interpretação quanto ao término do prazo da concessão, entendendo que o mesmo ocorreria em 20/01/2019. Em decorrência disso, a administração da Compagas, sua Controladora e demais acionistas questionaram os efeitos da referida lei por entenderem estar conflitante com os termos observados no atual contrato de concessão. Consequentemente, a Compagas ajuizou ação judicial questionando o vencimento antecipado da concessão e em 30/10/2018 foi concedida a tutela provisória de urgência antecedente favorável à Companhia, para reconhecer a validade da cláusula 1.1 do Contrato de Concessão, que estabelece o prazo contratual de 30 anos contados do dia 06/07/1994, com término em 06/07/2024. A Companhia aguarda que seja proferida sentença nos autos do processo judicial. Em 04/12/2020, foi publicada a Lei Complementar nº 227/2020, que alterou a Lei Complementar nº 205/2017, revogando o seu artigo 15, que previa o término do prazo da concessão em 20/01/2019. Com a revogação do referido artigo, a administração entende que o término da concessão é em 06/07/2024.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º de outubro de 1998 e possui em 31/12/2020, uma rede de distribuição de 842 km e conta com 155 colaboradores.

1.1 Impacto da COVID-19 nas demonstrações financeiras

Com base nas informações disponíveis até o momento, indicamos, em linhas gerais, os efeitos observados até o presente na demanda dos principais segmentos de operação da Companhia, desde o início das medidas de isolamento social, há aproximadamente 290 dias, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Importante reiterar que se tratam de indicativos observados até a data de encerramento dessas demonstrações financeiras.

Na comparação do exercício de dezembro de 2020 com dezembro de 2019, observa-se queda na demanda em função da pandemia, com impactos negativos principalmente nos segmentos industrial, comercial e veicular. Desde o início da crise (20/03/2020), a Compagas constatou uma redução média de cerca de 30% no seu volume de distribuição ao longo dos meses do exercício de 2020, impactando negativamente o indicador de receita operacional, porém, no encerramento do exercício, o volume vendido apresenta recuperação em valores próximos ao realizado em anos anteriores.

1.1.1 Perdas de crédito esperadas

As perdas de créditos esperadas são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização da conta clientes, considerando critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis. Também é considerada a expectativa de perda sobre a carteira a vencer, mediante critérios definidos pela administração, as quais estão em linhas com nossa prática contábil adotada.

A Companhia considera o total registrado das perdas de crédito esperadas suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e a estimativa decorrente dessa avaliação desde início da pandemia até 31 de dezembro é de R\$ 2.045.

1.1.2 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - impairment

Na avaliação dos ativos não financeiros até o momento, não foram identificados indícios de comprometimento ou de perda de recuperabilidade desses ativos. Nessa

avaliação, a administração considerou a recuperação das vendas no 2º semestre de 2020 e o controle de despesas que foi aplicado. A vida útil dos ativos leva em consideração a data de término do contrato de concessão, portanto, não há redução de vida útil.

1.1.3 Recuperação dos tributos diferidos ativos

As diferenças temporais que dão origem aos tributos diferidos foram avaliadas e mantêm a recuperabilidade inalterada devido a expectativa de realização dessas diferenças e de lucros futuros advindos da atividade da Companhia.

1.1.4 Valor justo de outros ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros estão avaliados pelo seu valor justo e representam o valor que se espera que sejam realizados na data de balanço. Adicionalmente, a Companhia monitora sua recuperabilidade, que se mantém inalterada no atual cenário de negócios.

1.1.5 Incertezas e julgamentos relacionadas ao passivo de arrendamento

Os contratos de arrendamento da Companhia não tiveram alterações de premissas significativas que pudessem gerar impacto relevante nas demonstrações financeiras.

1.1.6 Benefícios pós-emprego

A Compagas possui programa de benefício pós emprego que consiste em Plano Previdenciário (Plano III) e Programa de Assistência à Saúde. O primeiro é um plano de contribuição definida em que o beneficiário monta sua poupança durante o período laboral e consome seus recursos na fase pós emprego. Este, sob a ótica das normas contábeis internacionais, é de benefício definido e a obrigação pós-emprego é limitada ao montante dos gastos projetados de aposentados e pensionistas sem correspondência contributiva dos mesmos. Nesse plano não há obrigação a ser reconhecida.

O segundo é um Programa de Assistência à Saúde dos Servidores da Compagas permite a continuidade da assistência àqueles que se retiram e a seus dependentes. A Compagas responde, igualmente, pelas eventuais insuficiências episódicas do programa. No atual cenário não foram identificadas variações decorrentes da pandemia que alterem as premissas atuariais que refitam nas estimativas e que necessitem serem provisionados.

1.1.7 Líquidez

A demanda por gás natural no segmento Industrial sofreu redução de até 26% da QDR - Quantidade Diária Retirada entre o período de 20/03/2020 a 22/04/2020, e no mês de abril de 2020 algumas indústrias notificaram a Compagas, sinalizando impacto negativo no consumo de gás.

Diante deste cenário, em 20/03/2020, a Compagas notificou a Petrobras alegando a ocorrência de evento de Caso Fortuito ou Força Maior decorrente da situação de calamidade pública causada pela pandemia de COVID-19 e solicitando a dispensa do cumprimento das obrigações contratuais diretamente afetadas pelo evento. A Petrobras reconheceu que a situação se caracterizava como evento de Caso Fortuito ou Força Maior, informando a não incidência dos compromissos de retirada, bem como das penalidades por retirada a menor e a maior que a quantidade diária programada, enquanto durassem os efeitos negativos advindos da pandemia. Propôs, ainda, o diferimento das faturas de gás relativas à molécula dos meses de março a maio, sem encargos, o que foi aceito pela Compagas.

Adicionalmente, a Compagas diferiu o pagamento das parcelas do FGTS e INSS dos meses de abril, maio e junho de 2020, bem como com a compensação de tributos PIS/COFINS com créditos habilitados no final do ano de 2019. Todas essas ações buscaram preservar a liquidez da Companhia e minimizar os efeitos da pandemia. Em 30/10/2020 a Petrobras notificou a Companhia considerando cessado o evento de Caso Fortuito ou Força Maior em razão do restabelecimento e estabilização do perfil de consumo da Compagas. Após complementares análises técnicas e suplementares revisões internas dos dados consolidados referentes aos impactos do evento de Caso Fortuito ou Força Maior (CFFM) decorrentes da pandemia de COVID-19 sobre os volumes de distribuição desta Companhia no âmbito do contrato NMG 2020/2023, destacadamente nos meses de novembro e dezembro de 2020, a Compagas, em 09/02/2021, reconheceu através de comunicação à Petrobras, o encerramento de seus efeitos desde 01/11/2020 retornando os contratos à sua execução regular a partir dessa data, reservando seu direito de invocar, novamente, a ocorrência de Caso Fortuito ou Força Maior e consequente dispensa do cumprimento das obrigações contratuais diretamente afetadas pelo evento, nos termos contratuais.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas

contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 22 de fevereiro de 2021 e sua divulgação será autorizada pelo Conselho de Administração.

2.2 Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, conforme explicado na Nota 2.4. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição. A administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo endereçadas e que correspondem às utilizadas por ela em sua gestão.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação destas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

(a) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*: A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuírem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo e nos dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

(b) Provisões: As provisões são reconhecidas no período em que se torne provável que haverá uma saída futura de recursos resultantes de operações ou acontecimentos passados que podem ser razoavelmente estimados. O momento do reconhecimento requer a aplicação de julgamento para fatos e circunstâncias existentes, que podem ser sujeitos a alterações. São reconhecidas quando: a) Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(c) Valor justo de instrumentos financeiros: A Companhia possui instrumentos finan-

ceiros que são negociados em mercados ativo. A Companhia se utiliza das melhores práticas para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(d) Benefícios de planos de pensão: O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores e premissas que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia, com suporte de empresa especializada em cálculo atuarial, determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota 16.

3. Principais políticas contábeis

Apresentamos a seguir o conjunto de políticas contábeis, as bases e métodos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apenas para as companhias abertas. A Companhia optou por apresentar essa demonstração no conjunto de suas demonstrações financeiras, por consequência, esta demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

3.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.2.1 Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3.2.2 Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:
- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR (valor justo por meio do resultado). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, quando existentes no exercício. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos conforme descrito na NE nº 23.2.

a) Ativos financeiros

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

a.1) Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

As categorias de ativos financeiros aplicáveis à Companhia:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda nodreconhecimento é reconhecido no resultado.

a.2) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

b) Desreconhecimento

b.1) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia realizar transações em que transferem ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantêm todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

b.2) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

c) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Redução ao valor recuperável (impairment)

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

d.1) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e

Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward - looking). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se as condições financeiras da contraparte piorarem significativamente, independente do número de dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma);
- A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento".

• As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

• As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

d.2) Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

d.3) Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

d.4) Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

d.5) Desreconhecimento ("baixa")

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais ou corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

3.4 Contas a receber vinculadas à concessão

O contrato de concessão de distribuição de gás canalizado se enquadra no modelo bifurcado, em que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente, o Estado do Paraná, ao final da concessão. Esse modelo prevê o reconhecimento de ativo financeiro, ativo de contrato no período da construção e de ativo intangível. A parcela reconhecida como ativo financeiro é aquela que será indenizada pelo Poder Concedente correspondente aos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão prevista em contrato e que assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão.

3.5 Avaliação do valor recuperável de ativos (Impairment)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Neste período, a Companhia não identificou indicadores relevantes de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos, mas está efetuando o seu recálculo baseado na sua estimativa de realização dos créditos relacionados às operações de vendas de gás, onde leva em consideração a sua utilização pela Companhia em seu modelo de negócios e com realizações futuras trazidas ao valor presente.

3.6 Estoques

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo de contrato, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

3.7 Impostos a recuperar e a recolher

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço e inclui o reconhecimento de juros a receber ou a pagar, conforme a legislação vigente e o direito de receber os juros ou a obrigação de pagá-los, respectivamente.

3.8 Créditos nas operações de vendas de gás

Os créditos de aquisição de volumes de gás são registrados pelo custo de aquisição conforme definição entre a Companhia e o fornecedor e são atualizados a valor justo de acordo com a regra contratual. O volume de gás mínimo não retirado está sujeito a compensação futura.

A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido até o mês de julho de 2024. Este saldo é corrigido periodicamente, atualizando o valor de recuperação pelo preço vigente do gás.

3.9 Ativos financeiros de concessão

Obras em curso para distribuição de gás canalizado as quais serão transferidas para o ativo intangível quando de sua entrada em operação e na medida em que é recebido o direito (autorização) de cobrar aos usuários. O montante que não será amortizado dentro do prazo da concessão é apresentado no ativo financeiro, indenizado no final da concessão pelo Poder Concedente conforme previsão contratual.

3.10 Ativo intangível

O intangível em formação refere-se a obras para ampliação da rede de distribuição de gás, principalmente para captação de clientes em Curitiba e região metropolitana. A Administração avalia periodicamente o andamento dessas obras e efetua a transferência para intangível em serviço no momento da sua conclusão.

A Companhia adota a prática de avaliar periodicamente os seus investimentos através da avaliação de fluxo de caixa projetado até a data final da concessão trazido a valor presente e historicamente apresenta indicador positivo na avaliação da totalidade de seus investimentos.

A amortização do intangível leva em consideração o prazo contratual da concessão.

3.11 Outras contas a receber (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

3.12 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.13 Empréstimos e financiamentos e debêntures

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

3.14 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

3.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, e quando a Companhia gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo e no passivo, sobre prejuízos fiscais acumulados e sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.16 Capital Social

O capital social é composto por ações 100% integralizadas. A Companhia efetua o pagamento dos dividendos observando a existência de lucro disponível e após as destinações obrigatórias previstas em lei. Caso haja capacidade financeira de pagamento de dividendos, a Assembleia de Acionistas pode deliberar por um percentual de pagamento superior ao mínimo obrigatório.

3.17 Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável, conforme políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

3.18 Reconhecimento de receita

A receita operacional é reconhecida quando todos os critérios a seguir são atendidos: (i) há um contrato entre a Companhia e seu cliente com direitos das partes e termos de pagamento identificados, possui substância comercial e é provável que a contraprestação será recebida pela Companhia; (ii) as obrigações de desempenho de entregar bens ou serviços estão identificadas; (iii) o preço da transação está determinado; (iv) o preço da transação a cada obrigação de desempenho identificada foi alocado corretamente; e (v) a obrigação de desempenho é satisfeita em um ponto específico do tempo (venda de bens) ou ao longo do tempo (prestação de serviços). A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas aplicáveis à Companhia

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	408	2.145
Aplicações financeiras		
Fundos de investimento	46.233	57.764
CDBs	64.018	81.787
Total de caixa e equivalentes de caixa	110.659	141.696

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em ativos de renda fixa de Certificados de Depósitos Bancários - CDB e fundos de investimentos referenciados à taxa DI e distribuídas entre o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, com remuneração média de 96,97% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos e atendem os requisitos de diversificação, rentabilidade e segurança estabelecida pela Administração. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2020 é de 2,75% (5,94% em 31 de dezembro de 2019).

5. Aplicações financeiras

	31/12/2020	31/12/2019
Fundos de investimento	8.042	7.894
Total de aplicações financeiras	8.042	7.894

Aplicações no montante de R\$ 8.042 em fundos de investimento junto à Caixa Econômica Federal, em conta reserva vinculada ao contrato de debêntures firmado com o BNDES desde 2014, conforme nota explicativa 17. A remuneração média destes fundos é de 98,7% do CDI. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2020 é de 2,75% (5,94% em 31 de dezembro de 2019).

6. Contas a receber de clientes

	31/12/2020	31/12/2019
Distribuição de gás canalizado	73.122	112.367
(-) Perdas no Recebimento de Créditos Lei 9.430/95	(10.212)	(8.747)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.045)	(3.781)
Total de contas a receber, líquidas	59.866	99.839

Contas a receber de clientes	56.151	98.238
Contas a receber de partes relacionadas (nota 15)	2.935	1.601
Ativo circulante	59.866	99.839

O prazo médio de recebimento de clientes é de 30 a 45 dias. A movimentação da provisão para perdas ocorreu da seguinte forma:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(12.528)	(12.112)
Adições	1.553	(1.063)
Baixas	(1.282)	647
Saldo no fim do exercício	(12.257)	(12.528)

As contas a receber de clientes têm a seguinte composição por prazo de vencimento:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	57.278	91.852
Vencidos até 60 dias	684	8.824
Vencidos de 61 até 180 dias	822	1.216
Vencidos acima de 181 dias	14.338	10.475
Total das contas a receber	73.122	112.367

7. Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2020	31/12/2019
Créditos de gás QPNR (Quantidade. Paga não Retirada) (*)	149.480	209.641
Débitos de gás QPNR (Quantidade. Paga não Retirada)	(46.597)	(74.002)
Créditos nas operações de venda de gás	213	773
Total	103.096	136.412
Ativo circulante	49.918	1.412
Ativo não circulante	53.178	135.000

(*) De acordo com o contrato de suprimento, refere-se ao crédito junto à Petrobras relativo à aquisição de volumes contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, com cláusula de compensação futura. Em 29/12/2020, a Compogas foi notificada pela Araucária Nitrogenados S.A. - ANSA acerca da cessão parcial de direitos e obrigações relativos à recuperação do saldo de QPNR de sua titularidade em favor da Petrobras. A Compogas havia informado que não se opõe à referida cessão desde que a cessionária se responsabilize por todos os direitos e obrigações relativos ao saldo de QPNR não utilizado pela ANSA nos mesmos termos estabelecidos no contrato, de forma que não ocorra prejuízo para a Companhia na operação. Em 08/01/2021 a Petrobras informou à Compogas que, em razão da cessão celebrada com a ANSA, realizou a compensação do volume de 55.770.890 m³ de gás natural referente ao saldo de QPNR adquirido da ANSA com o correspondente volume de 55.770.890 m³ de gás relativo ao saldo de QPNR da Compogas junto à Petrobras. A Compogas manifestou discordância quanto a mencionada compensação pois desconsidera a diferença de precificação entre o saldo de QPNR existente entre ANSA e Compogas e o saldo de QPNR vigente entre Compogas e Petrobras. O saldo dos créditos está apresentado líquido dos valores a fornecer para o cliente Araucária Nitrogenados. O efeito líquido desta discussão totaliza R\$ 11.974 e compõe o total apresentado nesta conta. Não havia indicativos de perda deste valor até o encerramento destas demonstrações financeiras.

A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido até o mês de julho de 2024. Este saldo é corrigido periodicamente, atualizando o valor de recuperação pelo preço vigente do gás.

Considerando o plano de expansão da Companhia e as perspectivas de consumo pelo mercado, a Administração entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31 de dezembro de 2020 será efetuada integralmente. Todavia, a sua utilização está restrita ao uso somente da Companhia, e será efetuada ao longo desse período considerando eventuais ajustes a valores justos.

Abaixo apresentamos as estimativas de valores de compensação anuais, para o saldo do ativo não circulante:

Ano	Valor a compensar
2021	49.705
2022	22.898
2023	22.176
2024	8.104
Total	102.883

7.1 Compromissos com contratos de fornecimento

A Companhia possui contrato de fornecimento de gás com a Petrobras S.A., com garantia de disponibilidade de volume diário, conforme tabela abaixo:

Período	Quantidade Diária Contratual (m³/Dia)
01/04/2020 até 31/12/2020	880.000
01/01/2021 até 31/12/2021	820.000
01/01/2022 até 31/12/2023	352.000

O compromisso financeiro total deste contrato, descontado a valor presente é estimado em R\$ 655.422, cujo valor inclui o mínimo estabelecido em contrato tanto em commodities quanto em transporte. Este compromisso foi estimado utilizando o volume total contratado pelo custo da commodity e transporte, líquido de impostos, calculado a valor presente na data base de 31 de dezembro de 2020. Estas condições podem ser repactuadas caso o cenário se altere em razão de aspectos de mercado e sob concordância das partes.

8. Impostos a recuperar

	31/12/2020	31/12/2019
IRRFa compensar	997	1.315
IRPJ a compensar	432	-
CSSL a compensar	1.575	-
PIS a compensar (a)	25.791	25.716
COFINS a compensar (a)	57.925	117.901
Total dos impostos a recuperar	86.720	144.932

Ativo circulante	33.356	69.473
Ativo não circulante	53.364	75.459

(a) PIS e COFINS a recuperar - Em 28 de março de 2019 transitou em julgado o Mandado de Segurança nº 2007.70.00.002511-0/0002511-27.2007.4.04.7000, com decisão favorável à Companhia, reconhecendo o direito de excluir o ICMS (valor destacado em nota fiscal) da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do artigo 74 da Lei nº 9.430/96.

Os efeitos oriundos desta ação, suportados por parecer de seus assessores jurídicos, foram registrados nas Demonstrações Financeiras, a partir do deferimento pela Receita Federal do Brasil em 23 de dezembro de 2019, do pedido de habilitação dos créditos compensáveis pretéritos de R\$ 143.618, conforme procedimento regrado pela Instrução Normativa RFB nº 1.717/2017. Além da decisão transitada em julgado a seu favor, a Companhia está amparada por parecer jurídico dos seus assessores legais que suportam tecnicamente o reconhecimento do crédito fiscal.

	31/12/2020	31/12/2019
Valor original dos créditos	80.057	105.184
Juros Selic	3.659	38.434
Valor atualizado da habilitação dos créditos	83.716	143.618

A expectativa de realização total de PIS e COFINS a recuperar é indicada a seguir.

Ano	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	68.158
2021	30.352	21.448
2022	20.908	20.908
2023	20.908	20.908
Total	83.716	143.618

9. Imposto de renda e contribuição social

9.1 Resultado do exercício

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto corrente		
Imposto de renda	(15.738)	(47.811)
Contribuição social	(5.939)	(17.730)
	(21.677)	(65.541)

Imposto diferido		
Imposto de renda	(1.193)	(11.741)
Contribuição social	(4.229)	(4.227)
	(1.622)	(15.968)
Total Despesa com imposto de renda e contribuição social	(23.299)	(81.509)

9.2 Demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL):

Descrição:	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	82.923	82.923	267.524	267.524
Adições e exclusões permanentes				
Contribuições, doações e patrocínio	895	895	1.183	1.183
Juros sobre o capital próprio	(13.553)	(13.553)	(25.377)	(25.377)
Adições e exclusões temporárias				
Ajuste a valor justo de ativos (créditos nas operações de gás)	31.357	31.357	(25.106)	(25.106)
Atualização monetária ativo financeiro	(34.592)	(34.592)	(9.182)	(9.182)
Outros	(1.037)	(1.037)	(12.026)	(12.042)
Total	65.993	65.993	197.016	197.000
Alíquota	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL à alíquota nominal	(16.498)	(5.939)	(49.254)	(17.730)
Benefícios Fiscais (Lei Rouanet, FDCA, etc)	760	-	1.443	-
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado	(15.738)	(5.939)	(47.811)	(17.730)
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	(1.193)	(4.229)	(11.741)	(4.227)
Total	(16.931)	(6.368)	(59.552)	(21.957)

9.3 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo:		
Provisão atuarial	10.165	8.846
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	634	549
Provisão para perdas de crédito estimadas	2.045	3.781
Outras provisões	-	686

Passivo:

Atualização monetária ativo financeiro	(54.452)	(19.860)
Ajuste a valor justo de ativos (créditos nas operações de gás)	(24.357)	(55.714)
Base do IRPJ e CSLL fiscal diferido	(65.965)	(61.712)
Imposto de renda diferido	(16.491)	(15.428)
Contribuição social diferida	(5.937)	(5.554)
Total de IRPJ e CSLL diferidos	(22.428)	(20.982)

O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados de acordo com as expectativas da Administração, conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	(1.459)
2021	(598)	(13.962)
2022	(6.063)	-
2023 a 2024	(15.767)	(5.561)
	(22.428)	(20.982)

Os créditos e débitos reconhecidos sobre diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros e consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro. O valor dos impostos diferidos registrado no resultado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.622 (R\$ 15.968 em 31 de dezembro de 2019).

10. Ativos de concessão - ativo financeiro, ativo de contrato e ativo intangível

10.1 Ativos de concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de distribuição de gás natural canalizado, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ITG 01 - Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a reabilitação de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de gás natural, abrangendo: (a) Parcela dos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão reconhecida como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível devido à sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás natural pelos consumidores. (c) Valor das obras em curso referente ao ativo intangível em formação classificadas como ativos de contrato de acordo com o escopo do ICP 01 (R1).

	Líquido			
	Custo	Amortização	31/12/2020	31/12/2019
Ativo financeiro indenizável				
Ativo financeiro indenizável da concessão (a)	189.416	-	189.416	144.813
Ativo intangível (b)	384.665	(282.036)	102.629	127.598
Ativo de contrato (c)	27.255	-	27.255	26.734
Total do ativo de concessão	601.336	(282.036)	319.300	299.145

10.2 Ativo financeiro da concessão

De acordo com o Contrato de Concessão firmado com o Estado do Paraná, há a previsão de reembolso dos investimentos realizados nos últimos dez anos anteriores ao término da concessão pelo seu valor de reposição depreciado, o que configura um reconhecimento de ativo financeiro. O valor a receber foi atualizado mensalmente pelo IGP-DI/FGV Índice Geral de Preços (23,07% em 2020), até o efetivo recebimento. Os valores calculados para composição do ativo financeiro estão apresentados a seguir:

	Movimentações - 2020					
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Atualização	Transferências	Baixas	Saldo em 31/12/2020
Parcela dos bens indenizáveis ao final da concessão	144.813	-	34.592	10.041	30	189.416
Total do ativo financeiro	144.813	-	34.592	(*) 10.041	30	189.416

(*) Transferência do ativo intangível

No ano de 2001, para melhorar a atratividade de investimentos para o setor no longo prazo e ampliar a participação do gás natural na matriz energética do estado, o contrato de concessão foi adotado com a alteração na regra de remuneração que confronta a receita e os custos. O preço limite estabelecido pelo concedente leva em consideração a vida útil dos ativos, os quais estão definidos contratualmente como 30 anos para rede de gás e 10 anos para os demais ativos.

Devido a Companhia amortizar os bens adquiridos anteriores aos 10 anos do final do prazo da concessão, com base na vida útil ou prazo de concessão, dos dois o menor, os bens com vida útil superior ao prazo de concessão estariam totalmente

amortizados ao fim desta. Porém, devido ao aditamento supracitado que alterou a remuneração e baseada no artigo 36 da Lei 8.957/95, a qual estabelece que haverá indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, a Companhia entende que os bens com vida útil superior à concessão, independentemente da data de aquisição, terão direito a reembolso. O valor residual líquido estimado pela Companhia é de R\$ 83.297 relativo aos investimentos efetuados até 31 de dezembro de 2020. Esse valor residual, por não estar determinado no contrato de concessão o seu reembolso, está sendo amortizado até o final do prazo contratual.

10.3 Ativo intangível e de contrato - composição

	Vida útil média em anos	Saldo em 31/12/2020	Movimentações - 2020			Saldo em 31/12/2019
			Adições	Transferências	Baixas	
Contrato de concessão						
Gasodutos	30	313.558	-	1.438	-	312.120
Equip. operação gasoduto	10	55.075	-	268	-	54.807
Benefitorias em bens de terceiros	10	52	14	(7)	(22)	67
Móveis e utensílios	10	1.741	67	(40)	(26)	1.740
Equip. de informática	10	3.689	1.164	(657)	-	3.182
Veículos	10	1.584	-	-	(591)	2.175
Software e outros	10	8.968	6.031	(3.653)	-	6.590
Amortização acumulada		(282.036)	(29.460)	-	507	(253.083)
Total do ativo intangível		102.631	(22.184)	(2.651)	(132)	127.598
Ativo de contrato (*)		27.253	7.909	(7.390)	-	26.734
Total do ativo intangível e de contrato		129.884	(14.275)	(10.041)	(132)	154.332

(*) Ativo de contrato classificados conforme instrução ICP01 (R1)

	Vida útil média em anos	Saldo em 31/12/2019	Movimentações - 2019			Saldo em 31/12/2018
			Adições	Transferências	Baixas	
Contrato de concessão						
Gasodutos	30	312.120	59	2.023	-	310.038
Equip. operação gasoduto	10	54.807	-	1.107	-	53.700
Benefitorias em bens de terceiros	10	67	82	(18)	-	3
Móveis e utensílios	10	1.740	100	(36)	-	1.676
Equip. de informática	10	3.182	192	(137)	-	3.127
Veículos	10	2.175	-	-	(177)	2.352
Software e outros	10	6.590	1.215	(633)	-	6.008
Amortização acumulada		(253.083)	(28.865)	-	148	(224.366)
Total do ativo intangível		127.598	(27.217)	2.306	(29)	152.538
Ativo de contrato (*)		26.734	15.952	(14.937)	-	25.719
Total do ativo intangível e de contrato		154.332	(11.265)	(12.631)	(29)	178.257

(*) Ativo de contrato classificados conforme instrução ICP01 (R1)

11. Fornecedores e contas a pagar partes relacionadas

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedor de gás - Petrobras (partes relacionadas - nota explicativa 15)	38.574	77.319
Fornecedores de materiais e serviços no país	3.393	5.715
Total fornecedores	41.967	83.034

12. Impostos a pagar

	Participação	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Paranaense de Energia - Copel	51,00%	5.712.000	11.424.000	17.136.000
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Totais	100,00%	11.200.000	22.400.000	33.600.000

14.2 Reserva legal

O Estatuto Social determina que 5% do Lucro Líquido será aplicado na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado.

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	220.966	220.966
Reserva legal	42.326	39.345
= Percentual da reserva legal constituída	19,15%	17,81%

14.3 Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente do lucro de exercício, com base na proposta da Administração para atender ao plano de investimentos da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido à Assembleia Geral.

	31/12/2020	31/12/2019
Capital social	220.966	220.966
Reserva de retenção de lucros	222.069	287.330

Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Quando este limite é atingido, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

A Assembleia Geral Extraordinária, agendada para o dia 22 de abril de 2021, deliberará sobre proposta a ser apresentada pela Administração, para a destinação de parte das reservas de lucros com duração superior a cinco exercícios, no montante de R\$ 52.902, atendendo ao disposto no art. 196, § 1º, da Lei 6.404/76.

14.4 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social (Artigo 67), é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício. Para o período findo em 31 de dezembro de 2020, não foram distribuídos dividendos antecipados. A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	59.624	186.015
Reserva legal (5%)	(2.980)	(9.301)
Dividendos propostos pela Administração		
Dividendos	2.640	22.608
Juros sobre capital próprio	13.553	25.377
(-) IRRF- JCP	(2.033)	(3.807)
Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14.160	44.178
Participação do dividendo no Lucro após reserva legal	25,0%	25,0%

A movimentação de dividendos a pagar é demonstrada abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial		44.178
Dividendos adicionais 2019		105.710
Dividendos obrigatórios 2020		14.160
Total de dividendos		164.048
(-) Dividendos pagos em 2020		(79.414)
Dividendos a pagar		84.634

Conforme Lei 9.249/95, os juros sobre o capital próprio foram computados aos dividendos mínimos obrigatórios, contabilizados como despesas financeiras e revertidos em conformidade com as normas contábeis. Para efeito de demonstração, esses juros estão sendo apresentados s na conta de reservas de lucros em contrapartida do passivo circulante.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2020, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório, o valor de R\$ 105.710.

14.5 Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito a dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do período/exercício atribuído aos acionistas da Companhia R\$	59.624	186.015
Ações ordinárias	11.200	11.200
Ações preferenciais	22.400	22.400
Total de ações preferenciais e ordinárias	33.600	33.600
Lucro/ação R\$	1,77	5,54

15. Transações com partes relacionadas

15.1 A Companhia efetuou transações com partes relacionadas e os principais saldos estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada / natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Controlador						
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos a pagar	-	-	43.164	22.531	-	-
Entidades com influência significativa						
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro						
Dividendos a pagar	-	-	20.735	10.824	-	-
Reembolso de salários ²	-	-	2.471	1.841	(630)	(627)
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.						
Dividendos a pagar	-	-	20.735	10.824	-	-
Reembolso de salários ²	-	-	3.454	2.581	(872)	(637)
Outras partes relacionadas						
Araucária Nitrogenados - ANSA						
QPNR/Take or Pay (nota 7)	-	-	46.451	74.104	8.513	(8.633)
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras						
QPNR/Take or Pay (nota 7)	149.626	209.104	-	-	(34.914)	48.846
Aquisição de gás para revenda (nota 11)	-	-	38.574	77.319	(361.896)	(610.644)
Petrobras Distribuidora S.A. - Petrobras						
Receita com venda de gás	-	260	-	-	-	10.104
Outras receitas	-	-	-	-	-	9
Petrobras Distribuidora S.A. - BR Asfaltos						
Receita com venda de gás	-	-	-	-	-	91
UEG Araucária Ltda.						
Receita com venda de gás	199	199	-	-	-	-
Receita de serviços	2.736	1.142	-	-	11.748	1.165
Copel Distribuição S.A.						
Consumo de energia elétrica	-	-	-	-	(224)	(136)
Copel Telecomunicações S.A.						
Rede conexão / internet	-	-	-	-	(82)	(84)
BNDES ¹ e BNDESPAR						
Financiamentos	-	-	5.890	11.783	(1.681)	(1.194)

¹ O BNDES é subsidiária integral do BNDES Participações que é acionista da Copel.

² Reembolso de salários de administradores dos acionistas.

15.2 Remuneração dos Administradores

A ata da 114ª Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2020 fixou o montante anual com encargos, para remuneração dos Administradores, no valor de R\$ 3.751 para o ano de 2020.

16. Benefícios a empregados

Os programas de benefícios pós-emprego da Companhia, podem ser classificados em dois programas específicos: Plano de Benefício Previdenciário e Plano de Benefício Assistencial.

16.1 Balanço patrimonial e resultado do exercício

O valor provisionado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 10.121, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Plano de previdência	Plano de assistência saúde	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações totais	13.698	10.121	23.819	12.183
Valor justo dos ativos	(13.698)	-	(13.698)	(3.337)
Passivo não circulante -		10.121	10.121	8.846

16.2 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário, chamado de "Plano III", é um plano de contribuição definida (CD) do tipo misto, caracterizado pela acumulação de poupanças durante a fase de atividade dos indivíduos e pela reversão da poupança em renda vitalícia no momento da conquista do direito aos benefícios. O cálculo do passivo de longo prazo atribuído à responsabilidade da Companhia é gerado apenas a partir da concessão do benefício e em 31 de dezembro de 2020, data do último cálculo atuarial, não há valor a ser reconhecido.

Os valores de (ganho) perda reconhecidos no demonstrativo de resultado abrangent e estão resumidos a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Plano de assistência saúde	344	1.277
	344	1.277

16.3 Plano de benefício assistencial

O plano assistencial que entrou em vigor a partir de abril de 2002, trata-se de um plano de saúde aos empregados e seus dependentes, denominado "Plano Pro-Saúde", que é custeado por contribuições mensais da patrocinadora e dos empregados, calculadas de acordo com os custos respectivos no regime de repartição anual.

16.3.1 Movimentação no valor presente das obrigações do Plano de Assistência saúde

	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações do plano benefício definido em 1 de janeiro	8.846	6.159
Custo do serviço corrente e juros	830	783
Benefícios pagos	(75)	(30)
(Ganho)/perda atuarial	520	1.934
	10.121	8.846

	31/12/2020	31/12/2019
Custo do serviço	115	281
Custo dos juros	737	548
	852	829

Premissas utilizadas nos cálculos atuariais:

	31/12/2020	31/12/2019
Dados populacionais		
Ativos		
Número de participantes ativos:	152	159
Idade média em anos:	45,17	44,84
Serviço creditado total	11,77	10,95
Tempo para aposentadoria	12,02	12,44
Renda média em R\$	10.845,79	11.643,80
Aposentados		
Número de participantes aposentados:	12	8
Idade média em anos:	61,39	60,17
Benefício médio em R\$	3.998,43	3.947,87
População total	164	167

Dados populacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Hipóteses econômicas		
Taxa de anual de juro atuarial real (Duration):		
Plano CV/ salgado	3,20	3,20
Plano de Saúde	3,30	3,10
Taxa anual de inflação projetada	4,00	2,90
Taxa anual real de evolução salarial	2,00	2,00
Taxa anual de evolução custos médicos	1,00	1,00
Aging Factor	4,80	3,80
Taxa real de evolução de benefícios	0	4,00
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0	0
Fator de capacidade (benefícios e salários)	98,00	98,50

Hipóteses atuariais

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de rotatividade	0,0%	0,0%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos		AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos		(M/F)-10%
Tábua de invalidez		Winklevoss
% de casados na data de aposentadoria		Tasa 1927
Diferença de idade entre homens e mulheres		80%
Dados fornecidos de empresa especializada em cálculo atuarial		Real (ou 4 anos)

17. Debêntures

A Companhia emitiu debêntures conforme quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
BNDES Participações S.A. BNDESPAR (17.1)	5.890	11.783
Simplific Pavarini DTVM Ltda. (17.2)	14.362	43.000
Total	20.252	54.783
Passivo circulante	20.252	34.547
Passivo não circulante	-	20.236

17.1 Debêntures simples e nominativas, com série única, em emissão privada, com colocação exclusiva para a BNDESPAR, no valor de R\$ 62.626 e R\$ 33.620, para financiar o plano de investimentos da emissora. Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 1, na quantidade de 62.626 e 33.620.

Sobre o valor nominal unitário incidirão juros compensatórios, calculados pro rata temporis, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição, integralização, deduzido de quaisquer eventos financeiros, previstos ou não contratualmente. Da mesma forma, de acordo com o contrato, um evento financeiro compreende parcela de juros, amortização, resgate, conversão, permuta e outros eventos que venham alterar o preço unitário.

	Data de emissão	Nº de parcelas	Vencimento	Encargos financeiros a.a.	Valor do contrato	31/12/2020
1ª	15/04/2016	54	15/07/2017 15/12/2021	TJLP+2,17%a.a.	33.620	3.000
1ª	15/04/2016	54	15/07/2017 15/12/2021	SELIC+2,17%a.a.	33.620	2.890
						5.890

	Garantia	Garantidora	Agente fiduciário
Juros pagos trimestralmente	Flutuante	Compagas	BNDES Participações S.A BNDESPAR
Mutação das debêntures			
Saldo anterior			
Ingressos			
Encargos			
Transferências			
Amortização - principal			
Pagamento - encargos			
Total	5.890	-	5.890

17.1.1 Covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alienar ou onerar bens integrantes do ativo da Companhia, sujeitos a registro de propriedade; ocorrência de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação ou decretação de falência da Companhia; alteração da estrutura societária da Companhia sem a prévia e expressa anuência da BNDESPAR; mudança no objeto social da Companhia sem a prévia e expressa anuência da BNDESPAR. O descumprimento destas condições poderá implicar no vencimento antecipado das debêntures.

Em 31/12/2020, devido a redução de receita abaixo dos valores exigidos contratualmente, motivado pela pandemia e principalmente pela paralisação de atividades de importante cliente, a Companhia passou a não atender ao covenant de cessão e vinculação de direitos creditórios (Receta Vinculada) o que poderia decretar o vencimento antecipado das debêntures. A fim de evitar o vencimento antecipado das debêntures e adequar o fluxo de recebíveis atrelado, a Companhia informou a nova expectativa de fluxo ao BNDESPAR, o qual sinalizou a concordância da referida redução informando que o processo está em fase de deliberação interna. Em relação aos demais indicadores a Companhia encontra-se em pleno atendimento às cláusulas

restritivas previstas nos contratos de debêntures (Dívida líquida/Ebitda menor ou igual a 3,50 e Endividamento Geral menor ou igual a 0,70).

	31/12/2020	31/12/2019
Dívida Líquida	90.407	(86.912)
Ebitda	72.765	251.636
= Dívida líquida / Ebitda	1,24	(0,35)

	31/12/2020	31/12/2019
Endividamento geral	218.805	300.595
Ativo total	702.082	846.490
= Exigível total / Ativo total	0,31	0,36

17.2 Debêntures simples e nominativas, com série única, em emissão privada pela Simplific Pavarini DTVM Ltda., com distribuição pública de esforços restritos, no valor de R\$ 43.000 para refinanciamento do passivo da emissora. Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 1, na quantidade de 43.000. Sobre o valor nominal unitário incidem juros remuneratórios, calculados pro rata temporis, desde a data da primeira integralização ou desde a data de pagamento dos juros remuneratórios.

Emissão	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	Dívida Bruta	(-) Custo de transação	31/12/2020
	Data de emissão	Nº de parcelas						
3ª	17/12/2019	18	27/01/2020	28/06/2021	43.000	44.746	1.746	14.362
								14.362

	Garantia	Garantidora	Agente fiduciário
Juros pagos mensalmente	Real	Compagas	Simplific Pavarini DTVM Ltda.
Mutação das debêntures			
Saldo anterior			
(-) Encargos a transcorrer			
Transferências			
Amortização - principal			
Pagamento - encargos			
Total	14.362	-	14.362

17.2.1 Covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusula que requer a cessão fiduciária sobre determinados créditos a receber de titularidade da Companhia mantidos em conta corrente vinculada, não movimentável por esta, junto ao Banco Depositário. Há, ainda, cláusula que requer a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento

